

Opções Estratégicas



“Governar é decidir, é optar, é resolver, desgostando mas prevendo e, acima de tudo, tendo como única regra ... o bem dos Portugueses”.

Francisco Sá Carneiro

Cara e Caro Militante,

Decidi candidatar-me à liderança do PSD porque Portugal e os Portugueses precisam de nós.

É tempo de criar uma alternativa para Portugal.

Uma alternativa alicerçada nos valores da social-democracia, norteada pela liberdade e pela responsabilidade, que coloca a pessoa no centro da decisão e a esperança no horizonte dos portugueses.

No essencial, uma alternativa que reconheça o mérito e promova a excelência, que dê valor ao empreendedorismo e à capacidade de iniciativa, que restabeleça a autoridade do Estado e que crie um quadro de oportunidades para todos.

Um projecto que tem como força motriz os cidadãos, os trabalhadores e as empresas. Que tem a qualificação como prioridade e a coesão social como objectivo.

Quero um Estado eficiente, disponível para proteger os mais desfavorecidos, criando condições para a sua autonomia, e que não seja um entrave ao desenvolvimento económico da sociedade.

Este é o meu caminho.

Conte comigo. Eu conto com todos.

O Futuro começa Agora!

Pedro Passos Coelho

As minhas opções estratégicas para **PORTUGAL**

- Os portugueses e as suas famílias estão descrentes e preocupados. Não acreditam nos políticos, sentem diariamente as dificuldades do desemprego e da crise económica e social que persiste sobre o País. Os portugueses precisam de confiança e de uma nova ambição.
- Não quero ver o País conformado num ciclo de empobrecimento gradual e com o desemprego em crescimento.
- Não aceito um Portugal atrofiado pelo autoritarismo, onde o Estado desconfia dos portugueses, aniquila empresas e desrespeita direitos sociais.
- Não quero um Estado onnipresente e limitador da vontade individual. Os desafios do nosso tempo são incompatíveis com um Estado asfixiante, inibidor da criatividade, da diversidade e também da responsabilidade que deve caber aos indivíduos e às organizações.
- Não quero um Estado que concede privilégios a alguns à custa de muitos.
- Não quero um Estado que cresce incessantemente à custa dos particulares, sem que isso signifique benefício em termos de prestação de serviço público.
- Não quero uma Administração Pública com permanentes reorganizações e reestruturações, feitas ao sabor do calendário político, sem que exista uma reflexão de fundo sobre as funções vitais do Estado e de como este se deve relacionar com os portugueses.
- Não quero um Estado que seja um entrave ao desenvolvimento e que consuma grande parte da riqueza produzida.
- Os portugueses já começam a perceber que a governação socialista é incapaz de promover a resolução dos problemas do País. Uma governação que prometeu o que não faz e faz o que não prometeu, que

nos coloca nos últimos lugares dos índices internacionais, da economia ao ensino, do PIB ao bem-estar social.

- Não defendo a “política espectáculo” que privilegia a propaganda em detrimento do projecto político, pois constitui o mais prejudicial desvirtuar do que entendo ser o trabalho pelo bem comum e pela defesa da causa pública. Não é, aliás, política, é publicidade enganosa.
- A governação socialista não é uma solução, mas um problema, e, não sendo credível, não merece a confiança dos portugueses.
- Acredito e confio nas capacidades e nos critérios de exigência dos portugueses.
- Acredito que é possível colocar fim ao actual poder socialista e restabelecer a confiança e a qualidade de vida dos portugueses e das suas famílias.
- Sei que temos pela frente um trabalho árduo e um caminho difícil, mas também sei que é nas dificuldades que se constroem as mais sólidas oportunidades, contando com todos, para que todos tenham a sua oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de Portugal.
- Não encaro os problemas do País e as suas soluções numa lógica de gestão de interesses, de contabilidade eleitoral ou de vaidade pessoal. A minha motivação maior é o serviço à causa pública e essa só pode ser determinada por um objectivo: o bem comum.
- O PSD deve estar, mais uma vez, ao serviço do País e ajudar a inverter o ciclo em que a governação socialista colocou Portugal.
- Quero trazer ao PSD um programa político vencedor. Quero, como Sá Carneiro, uma democracia onde vigore o primado da pessoa humana, onde se eliminem as injustiças sociais, sem perverter, nem violar as liberdades individuais e onde a criatividade dos portugueses se afirme.
- Quero oferecer uma alternativa ao actual estado de coisas, capaz de libertar e de mobilizar a sociedade civil, com um novo modelo, uma nova

estratégia, uma nova prática política, sempre ao serviço de Portugal e dos portugueses.

- Sei que transparência e verdade são valores indispensáveis à conquista da confiança dos portugueses nos decisores políticos e um factor determinante para os motivar para um novo caminho.
- É importante que, aos olhos os cidadãos, coisas tão simples como porque é que pagam e para que se destinam os impostos sejam mais transparentes do que hoje parecem. Só o exercício político assente na verdade pode suscitar a participação e o envolvimento dos portugueses e constituir condição necessária para o sucesso de qualquer reforma.
- Precisamos de um Estado social verdadeiramente preocupado e atento às necessidades dos mais desprotegidos.
- Quero promover a modernização do País para que os portugueses e as suas famílias tenham oportunidade de vencer. Para isso, há que apostar de forma clara e inequívoca no capital humano, na qualificação, no empreendedorismo, na produtividade e na inovação. Estes são motores essenciais ao desenvolvimento de Portugal.
- Quero uma democracia plena, participada e solidária, onde o delito de opinião faça parte do passado.
- Acredito num País em que se estabelecem sólidos princípios de confiança entre entidades públicas e privadas com uma clara definição de responsabilidades próprias e com a conjugação de esforços na prossecução dos objectivos comuns.
- Quero um País mais harmonioso no seu crescimento, mais solidário nas suas políticas sociais, mais justo na sua distribuição dos rendimentos.
- Quero cruzar a liberdade e a responsabilidade na justiça, na segurança, no emprego e na acção social, na economia, no conhecimento, na inovação, na sustentabilidade, mas também nos diferentes âmbitos de vida, e contribuir, com isso, para a mudança.

- Quero um Estado forte para proteger os desfavorecidos, que dê a mão àqueles que verdadeiramente necessitam, de forma a garantir uma sociedade justa e solidária.
- Quero um Estado descentralizado que aproxime a política do cidadão, num exercício de participação activa e de subsidiariedade, onde as comunidades locais têm voz. Quero um Estado com cidadania.
- Quero uma sociedade aberta com os portugueses voltados para o desenvolvimento estratégico de Portugal. Um Estado que tem, ao lado das suas funções de soberania, a tarefa de criar um quadro propício ao desenvolvimento do potencial da liberdade na economia, nas empresas, no trabalho, nas escolas, nas famílias, na acção social.
- O meu principal compromisso é para com Portugal.

Quero um Portugal de todos e para todos!

O Meu Compromisso com o PSD

- Hoje, como em todos os momentos chave da nossa democracia, o País precisa do PSD e dos seus militantes. De um PSD orgulhoso do seu passado, mas com a humildade e a coragem necessária para se preparar para o futuro.
- Um PSD consciente da sua matriz reformadora, liberal e social, focado no objectivo de criar uma sociedade mais livre e solidária.
- Um PSD activo, capaz de reflectir sobre a sociedade e a política, capaz de produzir pensamento estratégico e de encontrar as melhores alternativas para o País.
- Só o conseguiremos se tivermos a capacidade de o transformar num espaço em que cada militante tenha voz activa e participante no necessário debate interno.
- Temos, cada vez mais, de ouvir as mulheres e os homens social-democratas: criar fóruns e grupos de debate, ou seja, aprofundar também a nossa democracia interna.
- Só conseguiremos unir o nosso partido se todos tivermos voz, se todos sentirmos que fazemos parte de um projecto que tem de ser comum.
- Precisamos de todos quantos lutaram e lutam no seu dia-a-dia por uma sociedade mais rica e mais justa, que ajudaram e ajudam a solidificar a nossa democracia, que nas empresas, nas autarquias, nos serviços públicos dão o melhor de si próprios para que se possa construir um Portugal melhor.
- A união não se faz com unanimismo, faz-se no respeito pela diversidade, com diálogo e com determinação.

- Temos que recuperar os que, partilhando os nossos valores e as nossas convicções, se foram afastando, por uma razão ou outra, do nosso seio.
- Cumpre-nos abrir o partido a novas ideias e a novas pessoas. No essencial, cultivar a diversidade que sempre foi matriz fundamental do PSD.
- Grandes desafios estão no nosso horizonte. Avizinham-se três actos eleitorais fundamentais. Portugal precisa que o PSD os vença.
- Desde logo, as eleições legislativas. Portugal precisa de mudança. Só um PSD afirmativo nas suas qualidades e orientado por um projecto transformador poderá suscitar o interesse e a adesão dos portugueses e, desse modo, concretizar a mudança.
- Nas eleições autárquicas vamos renovar a nossa posição como maior força partidária. A nossa governação autárquica é bem o espelho da nossa capacidade de fazer mais e melhor pelos portugueses.
- Os nossos autarcas são uma das grandes forças do nosso partido. É através deles que demonstramos claramente que conhecemos os anseios e vontades do nosso País. O ataque violento que o Governo Socialista tem feito ao poder autárquico é bem demonstrativo do quanto receia a competência da nossa equipa.
- Devemos encarar as eleições europeias como uma oportunidade de voltar o projecto europeu para os portugueses, reforçando a presença com mais deputados que transmitam à Europa os nossos reais problemas e que ajudem a uma maior proximidade com os padrões de vida europeus.

Opções Estratégicas

Estado

Focar a acção do Estado nos domínios de soberania;

Abrir espaço à iniciativa privada nos sectores onde a prestação concorrencial entre público e privado assegure um melhor serviço ao cidadão e uma maior eficiência na aplicação dos recursos do Estado;

Clarificar intervenções e responsabilidades, reforçando o papel regulador e fiscalizador do Estado.

Combater o desperdício e o abuso na utilização dos recursos públicos;

Executar políticas de exigência e de qualidade na afectação dos recursos e meios;

Incentivar as parcerias público-privadas, a co-responsabilização cívica e o cruzamento entre a fiscalidade e a protecção social;

Desenvolver os princípios essenciais da descentralização de serviços, colocando a decisão mais próxima do cidadão e envolvendo as comunidades na acção política;

Reforçar as competências do poder local, descentralizando em seu favor aquilo que melhor podem fazer em benefício do cidadão.

Emprego

Adaptar o mercado de trabalho à realidade económica, de modo a criar emprego e aumentar a coesão social;

Combater o trabalho ilegal. Criar um banco central de dados, contendo um cruzamento de informações tão variadas como o registo do início da actividade da empresa e do empregador, cessação da actividade da empresa ou do empregador, acidentes de trabalho e segurança, higiene e saúde no trabalho, formação profissional, segurança social, situação fiscal e pagamentos retributivos;

Desburocratizar as medidas de emprego, conferindo ao poder local competências e atribuições, além de abrir espaço para a celebração de protocolos de colaboração com entidades privadas;

Desenvolver uma política exigente e efectiva de formação profissional, seja inicial ou contínua, estabelecendo por um lado, uma relação entre a oferta de formação e a oferta de emprego e, por outro, uma maior comunicabilidade entre o ensino e a formação profissional;

Incentivar a mobilidade geográfica dos trabalhadores e das empresas, nomeadamente através de contratos-programa com empresas e o poder local;

Favorecer a conciliação da vida profissional com a familiar, incentivando a criação de equipamentos e serviços próprios nas empresas, nomeadamente de creches e apoios a idosos, individualmente ou em parceria, e apoiando o associativismo;

Garantir segurança no posto de trabalho e a protecção do trabalhador, regular a matéria dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como harmonizar e simplificar as regras existentes, adaptando-as à dimensão das empresas e tendo presente a investigação científica e avaliação dos sectores económicos.

Conferir à legislação laboral uma flexibilidade protegida, a legislação laboral é um importante instrumento para criar emprego e diminuir as assimetrias sociais. Importa, por isso, introduzir factores de adaptabilidade na regulação laboral (essencialmente em matéria de contratação, tempo de trabalho, mobilidade geográfica e funcional e cessação do contrato), tendo presente a dimensão da empresa, sempre acompanhada de uma protecção social do trabalhador célere e efectiva.

Alargar o espaço de intervenção da contratação colectiva, conferindo às associações sindicais e de empregadores critérios objectivos e transparentes de representatividade e tendo um regime legal que impeça a perpetuidade da convenção colectiva, bem como introduzindo a figura do representante da empresa com poderes para celebrar acordos de empresa;

Consagrar uma política de fiscalização, assegurando uma interacção entre as diferentes autoridades fiscalizadoras, assentando a actividade na informação, prevenção e posterior sanção dos agentes laborais.

Atribuir consequências mais relevantes ao incumprimento da lei. As empresas a que tiverem sido aplicadas um conjunto de coimas por contra-ordenações na área laboral, não deverão receber qualquer apoio público nem apresentarem-se a concursos públicos;

Justiça

Assumir a Justiça como pilar do desenvolvimento social e económico do País;

Empreender uma efectiva reforma do mapa judiciário, assente em soluções de proximidade dos tribunais às populações, com base em princípios de proximidade geográfica para os tribunais de competência genérica, que devem cobrir o País numa ampla rede nacional e que devem assegurar o acesso à justiça a todas as populações;

Reenquadrar normativamente o processo executivo, tornando-o efectivo e credível, mantendo simultaneamente as garantias dos executados;

Introduzir no processo de execução fiscal garantias efectivas dos contribuintes, nomeadamente fazendo intervir o juiz no acto da penhora;

Adoptar no processo penal mecanismos de eficiência na investigação criminal, de celeridade na prolação da decisão do julgamento do caso criminal e eficácia na aplicação da pena e/ou medida de segurança;

Dotar a Polícia Judiciária dos instrumentos financeiros e humanos de modo a que a investigação criminal não seja prejudicada por falta de meios;

Dotar a jurisdição comercial de meios necessários para ultrapassar a sua já anunciada derrocada;

Incentivar o incremento do recurso à mediação, conciliação e arbitragem como alternativa de resolução dos litígios, não só nas áreas tradicionais civil e comercial, mas alargando-a ao domínio das relações administrativas e fiscais.

Saúde

Colocar a Saúde ao serviço das pessoas e não das instituições; assegurando a liberdade de escolha dos cidadãos quanto aos cuidados de saúde;

Promover uma concorrência sã, transparente e qualificada entre os sectores público, privado e social na organização e prestação dos cuidados de saúde, nomeadamente através de novos modelos de parcerias público-privadas e sociais;

Enquadrar os sistemas de financiamento complementares, como os seguros de saúde, e racionalizar a despesa pública de saúde, designadamente na área do medicamento e dos meios complementares de diagnóstico, de modo a garantir princípios de boa gestão, boas práticas e de equidade e qualidade assistencial;

Reformar a estrutura hospitalar pública, com base em redes integradas de cuidados de saúde, de missão bem definida e compartilhada pelas equipas e profissionais de saúde num ambiente favorável à coesão e boa produtividade em cada instituição, mas orientada à humanização e resposta célere às necessidades e cuidados de saúde dos doentes;

Desenvolver respostas específicas para novos problemas, mais flexíveis e humanizadas, como na assistência à terceira idade, aos cidadãos com

necessidades especiais tais como doenças crónicas ou doenças do foro oncológico;

Educação

Assegurar em permanência os recursos humanos e materiais, assim como os mecanismos de organização, indispensáveis a uma educação de qualidade ao longo da vida;

Promover a liberdade de aprender e de ensinar, por intermédio da iniciativa pública, particular e cooperativa, que entre si devem cooperar na manutenção de uma rede equilibrada e actualizada de ofertas educativas ao longo da vida, cobrindo, com qualidade, as necessidades de toda a população;

Garantir o acesso dos alunos, atendendo a critérios de mérito ou de carência económica, a serviços e mecanismos, directos e indirectos, de acção social escolar, orientados por elevados padrões de qualidade;

Contribuir para o reforço da identificação, num momento de crescente interdependência entre os povos e de valorização dos diferentes saberes e culturas, com a matriz histórica de Portugal, com o seu património cultural e com a sua tradição humanista;

Promover a plena participação das comunidades locais, na descentralização de competências e na autonomia das escolas de todos os níveis de ensino;

Avaliar de forma permanente, continuada e pública, a eficiência da política educativa e a prossecução dos seus objectivos;

Segurança

Colocar sob tutela do Ministério da Administração Interna a coordenação da organização e funcionamento dos serviços e forças de segurança, mantendo-se a separação jurídica e operacional, das várias forças e serviços;

Respeitar princípio da existência individualizada dos corpos de polícia, submetida a critérios de direcção e coordenação comuns;

Manter a direcção de acção penal no âmbito do Ministério Público, enquanto a investigação criminal deve ser operada pelas diversas forças e serviços que a realizam, de acordo com os princípios legais estabelecidos;

Dignificar os militares da GNR e agentes das restantes polícias obriga à resolução do problema da sua habitação adequada, na medida em que muitos deles estão deslocados dos seus locais habituais de residência. O Estado central e as autarquias devem unir esforços para a resolução desta questão;

Estimular a segurança privada sem contudo abranger funções que são exclusivamente do Estado. A experiência recente mostra o bom desempenho entre as actividades, o que aconselha o seu futuro desenvolvimento, devendo manter-se um elevado nível de fiscalização sobre as suas actividades.

Economia

Reduzir o papel que o Estado, directa e indirectamente, mantém na economia;

Obter um padrão de evolução da despesa pública que não onere excessivamente a economia e que seja sustentável;

Captar investimento estrangeiro, eliminando os maiores obstáculos que são a lentidão da máquina da justiça, a burocracia e a permanente alteração da nossa fiscalidade;

Adoptar as soluções de políticas micro e macroeconómicas que assegurem um padrão de crescimento sustentável, salvaguardando uma adequada repartição dos benefícios desse crescimento na sociedade portuguesa e a solidariedade entre os portugueses de diferentes gerações;

Relançar a actividade económica através de políticas direccionadas para a produtividade e que se alicerçam na educação e aprendizagem ao longo da vida, sobretudo ao nível da investigação e inovação tecnológicas;

Apostar no crescimento económico via pequenas e médias empresas, atribuindo-lhes regimes específicos.

Criar um quadro de estabilidade fiscal para a legislatura, que evite o espectáculo usual de arbitrariedade orçamental a que vimos sendo habituados.

Reduzir no horizonte de uma legislatura, a carga fiscal indirecta e o IRC, de modo programado e não discriminatório, em simultâneo com um programa de redução da despesa pública.

Europa

Recentrar o nosso papel na relação da Europa com países terceiros, sobretudo os de África e o Brasil;

Desenvolver o potencial da lusofonia utilizando as mais-valias das relações privilegiadas que Portugal mantém com os Países de Língua Oficial Portuguesa e accionar interfaces entre União Europeia – África;

Aplicar os últimos fundos verdadeiramente substanciais deste Quadro Comunitário de Apoio de forma estruturante e estratégica, baseados em princípios de subsidiariedade e de parceria e de avaliação do respectivo impacto, procedendo a campanhas massivas da sua divulgação, especialmente junto das PME's.

Defesa Nacional

Assumir a Defesa Nacional como uma efectiva prioridade do Estado, estabelecendo um contingente adequado às suas necessidades internas, e às que decorrem de novos compromissos internacionais, nos planos da NATO, da U.E. e das relações bilaterais do Estado Português nomeadamente com os PALOP's;

Promover uma cooperação militar reforçada com países do Atlântico Sul de modo a dispor de um instrumento articulado de prevenção de crises, e que corresponda aos interesses estratégicos de Portugal;

Rever a Lei da Defesa Naval e das Forças Armadas, adaptando-a às novas circunstâncias estratégicas institucionais e políticas;

Rever o modelo de profissionalização de acordo com critérios de atractividade e adequação à realidade operacional;

Redefinir a estrutura do Ministério da Defesa Nacional, colocando a sua directa dependência dos meios que o Estado põe à disposição das F.A. nas áreas das infra-estruturas, comunicações e telecomunicações, instituições superiores de educação, instituições de saúde para militares,

meios financeiros, logísticos, para além da gestão de pessoal, financeiro e de relevante área da política de Defesa.

Segurança Social

Realizar um sistema complementar de segurança social através de uma componente privada baseada na capitalização, que tenha um papel complementar ao sistema público;

Introduzir tectos para as contribuições e para as pensões que, mais do que gerador de equilíbrios orçamentais de longo prazo, favoreça a ideia de liberdade de escolha individual e de diversificação de riscos, de prevenção previdencial das futuras gerações, libertando o Estado para apoiar as situações de maior dificuldade social;

Aprofundar o papel do sector privado social e mutualista, através do reforço da contratualização e promoção do voluntariado;

Adoptar novas regras de base que definem os direitos à reforma. O cálculo das pensões deve ser feito tendo em conta o total das contribuições ao longo de toda a vida activa e a esperança de vida no momento da reforma;

Remover todos os incentivos financeiros à reforma antecipada e dos desincentivos financeiros à vida activa. Nesta medida inscreve-se a revisão das taxas de desconto aplicáveis ao cálculo de reformas antecipadas por referência à idade legal;

Estimular o prolongamento da vida activa pela adopção de mecanismos que permitam a reforma flexível ou faseada, em que os trabalhadores permanecem mais anos activos, mas com um ritmo mais reduzido e menos acentuado.

Agricultura

Optimizar a utilização da Política Agrícola Comum, dando condições de competitividade e de viabilidade aos agricultores de forma a manter vivo o mundo rural e a lutar contra a desertificação das áreas territoriais mais pobres;

Colocar o Ministério da Agricultura ao serviço dos agricultores e desenvolver parcerias com as organizações de agricultores para implementação de novas políticas, aplicando na prática o princípio de menos Estado, melhor Estado;

Aplicar e desenvolver políticas que permitam a Portugal aumentar a sua auto-suficiência alimentar, contribuindo para diminuir a sua dependência face ao estrangeiro.

Cultura

Promover um justo equilíbrio entre políticas de promoção cultural e mercado. A cultura e o mercado têm de ser pensados em conjunto. Nem uma política cultural que se submeta apenas à lógica do mercado, nem uma que esteja cega a essa realidade;

Apostar em políticas culturais descentralizadas tanto no apoio à actividade como no acesso aos bens culturais;

Apoiar a criatividade. O centro do processo de criação cultural não pode deixar de ser o indivíduo ou indivíduos. Rejeita-se o apoio em função da obra, cerceador da criatividade, mas sim a promoção do criador. Só assim podemos garantir a liberdade e a diversidade;

Aprofundar o intercâmbio cultural com os nossos parceiros europeus e, sobretudo, com os países de raiz cultural portuguesa;

Desenvolver contratos-programa com entidades privadas;

Estabelecer programas de colaboração entre os vários operadores culturais e a comunidade – empresas, associações, fundações e demais instituições – com vista ao estabelecimento de parcerias com objectivos e contrapartidas previamente definidas;

Rever a lei do mecenato de modo a envolver cada vez mais as empresas, nomeadamente através de acesso a equipamentos do Estado.

Investigação e Desenvolvimento

Apostar no investimento privado em I&D, assegurar a reprodutividade do investimento público e ser eficiente no acesso a fontes internacionais e comunitárias de financiamento directo;

Desenvolver uma maior cooperação entre o mundo académico e o tecido empresarial, de modo a explorar o valor comercial dos bons resultados da I&D;

Apostar numa maior participação em redes internacionais e fomentar a mobilidade dos investigadores;

Desenvolver uma nova carteira de actividades, através de uma aposta em actividades com maior valor acrescentado e com maior dinâmica de crescimento no comércio internacional, designadamente as novas tecnologias ambientais, a biotecnologia, as nanotecnologias, as tecnologias de informação e comunicação, a economia do mar, a agricultura biológica e a floresta;

Consolidar regiões de conhecimento, excelência e criatividade, tirando partido das suas vantagens comparativas e das apostas na formação e no apetrechamento tecnológico já realizadas;

Generalizar o acesso e a utilização das tecnologias de informação e comunicação a todos os portugueses. Alargar o acesso por Banda Larga nos lares, na Administração Pública, nas empresas e nas escolas.

Desenvolver conteúdos em língua portuguesa. Expandir o modelo de negócio electrónico e a sua utilização pelos agentes económicos.

Promover um modelo de desenvolvimento sustentável que equilibre a dimensão económica, social e ambiental;

Energias renováveis

Assumir como prioritário o combate às alterações climáticas através de medidas, equitativas e custo-eficientes, de redução das emissões de gases com efeito de estufa em todos os sectores de actividade, de adaptação às alterações climáticas e de plena participação nos mecanismos internacionais que enformam a economia do carbono;

Aumentar a comunicabilidade e integração entre os diversos planos de ordenamento do território;

Promover a gestão sustentável da floresta e proteger a biodiversidade;

Promover a gestão integrada das zonas costeiras hoje dispersa por demasiadas entidades e a requalificação e valorização do litoral;

Gerir os recursos hídricos de uma forma integrada, assumindo a Região Hidrográfica como unidade principal de planeamento e de gestão, obedecendo aos princípios da sustentabilidade ambiental da água, da sua utilização economicamente eficiente e da equidade na repartição dos encargos e benefícios;

Generalizar o acesso da população ao abastecimento de água e ao tratamento das águas residuais, desenvolvendo um modelo empresarial e institucional que confira sustentabilidade aos investimentos a realizar, proporcionando maior eficiência, qualidade no serviço prestado e reforçando a independência e a capacidade reguladora do Estado;

Consagrar o princípio da responsabilidade do produtor, promovendo a separação na origem de todos os tipos de resíduos e privilegiando a análise do “ciclo de vida dos produtos”.

Cidades

Promover uma nova atitude em matéria de energia nas cidades, caracterizada por uma maior produção de energia a partir de fontes renováveis e uma maior eficiência energética nos edifícios e nos transportes;

Assumir a mobilidade sustentável, dissuadindo o uso do transporte individual e favorecendo a circulação dos transportes colectivos, dos veículos movidos com combustíveis mais limpos, assim como a construção de vias pedonais e de ciclovias;

Apostar na requalificação urbana através de medidas de recuperação, de reconversão e de reabilitação urbana, em especial, em zonas históricas, em antigas zonas industriais e em zonas suburbanizadas;

Aprovar, com a participação dos cidadãos, estratégias municipais de desenvolvimento sustentável (Agendas 21 Locais) que possam inspirar a revisão dos PDMs e Planos Municipais para as alterações climáticas traduzidos em metas, políticas e tecnologias de redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Reforçar a investigação científica e a inovação tecnológica para a aplicação de uma nova geração de energias renováveis;

Desenvolver uma estratégia para o sector da energia que promova a redução da dependência de recursos de origem fóssil, o aumento da segurança de abastecimento e a redução das emissões de gases com efeito de estufa;

Desenvolver uma maior produção a partir de fontes renováveis, em especial nas tipologias para as quais apresentamos condições naturais privilegiadas, como é o caso da hidroelectricidade, da energia das ondas, da energia eólica, da energia solar, da geotermia e da biomassa;

Concretizar e aprofundar o mercado de gás e electricidade, fomentando a concorrência e a liberdade de escolha para os utilizadores da energia, a independência da entidade reguladora da energia e o reforço dos requisitos de transparência a observar pelas empresas de produção e distribuição de energia.

Oceano

Assumir o Oceano como um factor de identidade nacional e de afirmação internacional e promover a consciencialização da relação de Portugal com o Oceano, em particular, junto dos mais jovens;

Concretizar a gestão do Mar numa perspectiva integrada, intersectorial e multidisciplinar e não fragmentada;

Internacionalizar e modernizar os nossos portos, com vista a utilizar o território nacional como porta de acesso e placa giratória de mercadorias destinadas a outros mercados europeus. Relançar a nossa frota mercante e desenvolver as indústrias de construção e reparação naval;

Tirar partido de uma melhor gestão dos recursos vivos do Mar através da pesca sustentável e do desenvolvimento da aquacultura;

Tirar partido das novas oportunidades económicas, como a aquicultura *offshore*, a energia das ondas e das marés, a energia eólica *offshore*, a biotecnologia e a robótica marinha.